

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Márcio Leonel Farias Reis Páscoa
Carla Mara Matos Aires Martins

O ESPAÇO CEMITERIAL E A URGÊNCIA
DA MODERNIDADE: MANAUS
1854-1906

PÁSCOA, Márcio Leonel Farias Reis
MARTINS, Carla Mara Matos Aires
O ESPAÇO CEMITERIAL E A URGÊNCIA DA
MODERNIDADE: MANAUS 1854-1906
R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 183(489): 57-90, mai/ago. 2022

Rio de Janeiro
mai/ago. 2022

O ESPAÇO CEMITERIAL E A URGÊNCIA DA MODERNIDADE: MANAUS 1854-1906

CEMETERY SPACE AND THE URGENCY OF MODERNITY: MANAUS 1854-1906

MÁRCIO LEONEL FARIAS REIS PÁSCOA¹

CARLA MARA MATOS AIRES MARTINS²

Resumo:

Este artigo aborda o processo de transformação espacial vivido pela cidade de Manaus a partir da segunda metade do século XIX, em sua aspiração à modernidade, primeiro impulsionada pela elevação do Amazonas à categoria de província, da qual Manaus era agora capital, depois pela prosperidade decorrente do comércio da borracha amazônica. Aqui, estas transformações têm como foco o espaço cemiterial, inserindo-se num quadro maior de mudanças vivido em todo o país com a difusão de preceitos médico-sanitaristas que defendiam medidas de controle visando a salubridade do espaço urbano, discurso alinhado com reformas urbanas em consolidação na Europa, mostrando a busca pela adequação ao que se acreditava ser o caminho do progresso.

Palavras-chave: Manaus; Cemitérios; Espaço Urbano; Modernidade.

Abstract:

The article discusses the process of spatial transformation experienced by the city of Manaus from the second half of the 19th century on, in its aspiration to modernity. The transformations were driven both by the elevation of Amazonas to the status of province, of which Manaus became the capital, and by the wealth resulting from the Amazon rubber trade. We focus here on the transformation of the cemetery space within a larger framework of changes taking place throughout the country, after the spread of medical-sanitary rules in favor of control measures aimed at the healthiness of the urban space. These changes were aligned with and reflected the urban reforms in consolidation in Europe, and were believed to be the path for progress.

Keywords: Manaus, cemeteries, urban space, modernity.

No momento em que estas palavras são escritas, Manaus é mais uma vez açoitada pela epidemia do coronavírus, que instalou-se em março de 2020 e, entre subidas e descidas do contágio, entrou por 2021 com grande força. Não foi a primeira vez que a capital do Amazonas, tal como o restante do território, se viu em perigo com uma epidemia e os assuntos sanitários ocuparam destacada atenção nos meios de comunicação. Ao lado de medidas contentivas e de aparelhamento adequado dos espaços para receber os doentes, um assunto em especial já dividiu as preocupações de gerações diferentes de manauaras afetados pelas epidemias. As

1 – Universidade do Estado do Amazonas – PPGLA. Email: mpascoa@uea.edu.br.

2 – Universidade do Estado do Amazonas – PPGLA. Email: carla.airesmartins@gmail.com.

condições cemiteriais preocuparam porque se desejava dar repouso digno aos que infelizmente se foram, assim como o cemitério, de certo modo, representava a estetização de uma época.

O presente texto busca se concentrar nos esforços para a criação dos espaços cemiteriais de Manaus, durante os episódios por ela vividos no período compreendido entre 1854 e 1906. Ou seja, desde que se inaugurou o primeiro cemitério público da cidade, ao qual seguiram-se a construção de mais três, até o momento em que foi feita a desejada reforma no último desses cemitérios construídos, passando a exibir feição que o caracteriza até hoje como um dos símbolos da *belle époque* da cidade.

A construção dos cemitérios foi reflexo de uma mentalidade higienista que marcou a ideia de um mundo moderno com o progresso vinculado ao avanço industrial e tecnológico. Esses aspectos se refletiram em novos protocolos a considerar para inumações e a delimitação e proteção dos espaços onde isso ocorreu.

A segunda metade do século XIX trouxe grandes mudanças para as práticas de sepultamento e o espaço destinado aos mortos no Brasil. Foi um período de concretização – ou da tentativa – de um modelo de modernidade legitimado pela razão e pela ciência, para uma época que se pautou por novidades tecnológicas e pela crença de que o progresso dependia disso. Na prática, este ideário significava uma ruptura com séculos de hábitos enraizados no cotidiano das populações, mediante o apelo de que tal transformação no urbano e civilizado só melhoraria a vida social.³

Quando se fez capital da nova Província do Amazonas, instalada em 1852, Manaus tinha sido elevada à categoria de cidade quatro anos antes e conservava ares pacatos, condizentes com as décadas precedentes. Essa urbe contava com uma população estimada em 8.500 pessoas,⁴ e o

3 – LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. São Paulo, SP: Editora da USP; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 18.

4 – AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Typographia de Meira Henriques, 1852, p.190.

espaço de sepultamento dos mortos correspondia aos arredores e interior de suas poucas igrejas, como era comum aos costumes europeus trazidos pelos colonizadores. Era assim que a Manaus dos mortos cristã vinha se configurando desde a construção da ermida consagrada à Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, nas proximidades do Forte de São José, no século XVII.⁵

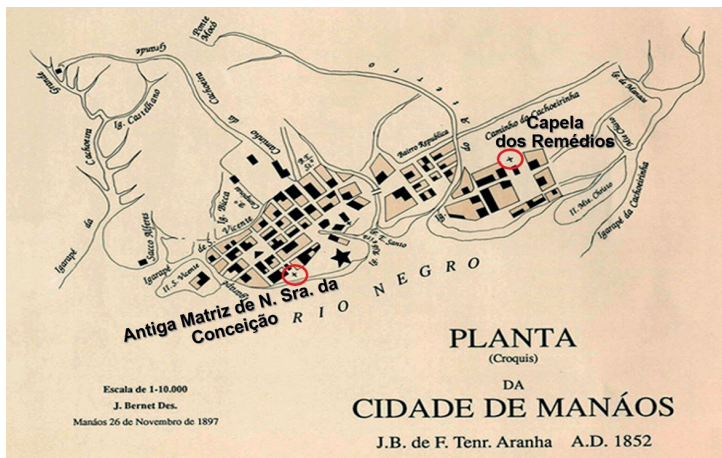


Figura 1 - Planta de Manaus, 1852. Adaptada pelos autores.

Fonte: Um olhar pelo passado, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, 1897, *apud* Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/planta-da-cidade-de-manaos/>.

Após o incêndio que pôs abaixo a Matriz em 1850, os ofícios religiosos resumiram-se à capela erguida nos anos 1820 no então distante bairro dos Remédios. Esta serviu temporariamente de matriz, apesar de não comportar todos os fiéis nos dias de maior solenidade, e para acessá-la seria necessário atravessar a remo dois igarapés nos tempos de cheia. No entanto, se comparada com outras matrizes de toda a província, era a de “melhor perspectiva e asseio”.⁶

5 – BITTENCOURT, Agnello. *Fundação de Manaus: pródromos e sequências*. 2. ed. Manaus: EDUA, 1999, p. 3.

6 – Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas, na abertura da primeira sessão ordinária da primeira legislatura, pelo Exmo. vice-presidente da mesma província, o Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, em 5 de setembro de 1852.

Por falta de recursos, não se tinha ainda começado a construir outra matriz quando instalada a província e o espaço e entorno daquela que se incendiara, serviam de cemitério na área mais movimentada da pequena cidade.⁷ Tal hábito, comum e aceitável durante mais de um século, passava a figurar em um rol de questões problemáticas observadas pelas autoridades que assumiam a responsabilidade de promover melhorias na nova província, agora em processo de expansão demográfica e econômica.

Em 1853, o presidente provincial Herculano Ferreira Pena (1811-1867), um liberal⁸ com experiência de ter administrado quatro províncias brasileiras anteriormente, se pronunciou acerca da necessidade de melhoramentos. Dentre as obras consideradas de maior urgência, estava um cemitério público para a capital,⁹ pois pelo bem da salubridade pública, não se podia mais admitir

[...] continuar a repugnante e lamentável prática, que todos os dias observamos de enterrarem-se os cadáveres no largo da extincta Matriz (um dos lugares mais freqüentados da Cidade e que nunca servio de Cemiterio) e nas imediações da Igreja dos Remédios, onde se tem visto restos mortaes dos nossos semelhantes espalhados sobre a terra, e expostos sem o menor resguardo a voracidade dos cães e outros animaes.¹⁰

Desde meados dos anos 1830, os enterramentos eclesiásticos eram combatidos pela classe médica brasileira, influenciada pelas teorias miasmáticas, confiante num modelo civilizatório europeu, particularmente o francês.¹¹ A nova racionalização do espaço urbano, necessária para se

7 – Estrella do Amazonas, 13 de maio de 1854, p. 7.

8 – Pena se associou ao Padre Antonio Bhering no jornal *Novo Argos*, em sua cidade natal, por volta de 1830. O jornal era liberal e defendia este viés constitucional para o país. Pena publicou poemas laudatórios nesse sentido. Ver *O Novo Argos*, Tejuco [Diamantina], 28 de abril de 1831, [Ano III] n. 76, p.4

9 – Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2ª sessão ordinária, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna.

10 – Estrella do Amazonas, 13 de maio de 1854, p. 7.

11 – Foucault aborda o nascimento da medicina social no contexto do combate aos problemas sociais e políticos aflorados pelo significativo aumento da população pobre na Paris do século XVIII. Em um cenário de superlotação dos cemitérios intramuros, a morte passa a ser um constante medo urbano que precisava ser afastado e controlado. Ver FOU-

aspirar ao progresso, implicava numa medicalização da morte, e no afastamento dos mortos do convívio com os vivos, seguindo o exemplo de práticas que começaram a ser estabelecidas desde fins do século XVIII em nações consideradas mais cultas. Um império recém estabelecido e agora independente, deveria criar regras que garantissem a salubridade do espaço urbano, favorecendo a mais nova ambição daquele século: a saúde pública.¹²

Para solucionar a insalubridade das práticas de sepultamento vigentes, a Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, responsável por formar as Câmaras Municipais e conferir suas devidas atribuições, depositava a carga destas o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, o que, conforme a lei destacava, devia ser feito em comum acordo com a principal autoridade eclesiástica de cada lugar.¹³ Essa transição, no entanto, foi postergada por algumas décadas, devido em parte a não haver verbas específicas para esse fim, previstas pela mesma lei, e ainda por uma resistência popular à modificação de uma tradição tão significativa para a fé católica.¹⁴

A década de 1850 viu então a maior quantidade de discursos de presidentes provinciais do Império a favor dos cemitérios públicos, sobretudo devido às epidemias que assolavam o país¹⁵. Só a partir daí se consolidou no Brasil a nova configuração do espaço destinado aos mortos, pautada em preceitos médico-científicos.

CAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000, p. 85.

12 – REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 307.

13 – Título III, Art. 66, § 2º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 23/01/2021.

14 – Reis apresenta em detalhes um episódio extremo de revolta contra o cemitério ocorrido em Salvador. A “cemiterada” teve lugar no dia 25 de outubro de 1836, um dia antes de entrar em vigor uma lei que proibia os enterros ad sanctus e conferia a uma companhia privada a responsabilidade pelos enterros na cidade. Protestos convocados pelas irmandades promoveram a completa destruição do Campo Santo, cemitério público que estava pronto para ser inaugurado, “nem a capela foi poupada”, e as mudanças planejadas tiveram que ser postergadas. Ver REIS, João José. *Op. cit.* p. 20.

15 – CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios de São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002, p. 46.

Já em 1848, o Código de Posturas Municipais do Amazonas obrigava as Câmaras Municipais a cumprir o disposto na Lei Imperial e instituir cemitério com capela para realização de enterramentos até o fim de 1852, atribuindo multa de 30 mil réis por cada um de seus membros, caso não o fizessem.¹⁶ Mas o problema não foi sanado em tempo hábil.

Assim, a fala de Ferreira Pena demonstrava que a nova província do Império precisava refletir urgentemente a política sanitária nacional, encerrando os sepultamentos eclesiásticos para seguir o novo modelo de modernidade urbana.

Mas a construção de um cemitério foi de início inviável pela falta de mão-de-obra e matéria prima para erguimento de uma nova capela necessária e exclusiva para os ofícios fúnebres. O presidente da província decidiu assim intervir em local já existente e cercar a área por trás da Igreja dos Remédios para servir de cemitério público provisório. O lugar já continha sepulturas por ser próximo do templo e era ainda bastante isolado, estando cercado por mato e longe das poucas casas do bairro.¹⁷

Como algumas pessoas mostraram-se desgostosas diante dessas obras, houve necessidade de justificar a decisão governamental. O arrazoado foi publicado no único jornal da cidade e se baseava em preceitos médicos repercutidos na época, criticando ainda a indecência dos enterramentos como vinham acontecendo. O jornal recorreu à fala de duas autoridades locais para corroborar o posicionamento: uma delas a do ex-presidente interino da província amazonense e seu atual chefe de polícia, o juiz da Comarca do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda (1822?-1901):

Me parece que a bem da salubridade pública devem cessar os enterros de cadáveres no lugar e largo da matriz, porque ahi se enterrão sem que se attenda que esse lugar não offerece garantia de repouso dos finados; e além disso muitas vezes os que fazem as sepulturas não lhe

16 – Os códigos de postura foram consultados por meio da compilação realizada por: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). *Posturas Municipais Amazonas (1838-1967)*. Manaus: EDUA, 2016.

17 – *Estrella do Amazonas*, 13 de maio de 1854, p. 7.

dão a profundidade conveniente, e assim ficão expostos a serem profanados pelos cães, porcos. E por estas e outras razões, como estar este lugar no centro da Cidade, e o continuado vento, que necessariamente hade conduzir os miasmas para os vivos, acho que se deve prohibir a continuação dos enterros n'esses lugares.¹⁸

Neste sentido, o vigário geral da província, cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo (1814-1879), reforçou a “inconveniência de continuar a dar-se sepultura aos cadáveres no Largo da Matriz”¹⁹. Assim, Correa de Miranda voltou a se pronunciar no *Estrella do Amazonas* para:

Faz[er] saber que achando-se cercado, e preparado o antigo Cemiterio dos Remedios, e competentemente bento o terreno, que se lhe anexou, é o único lugar destinado para o enterramento dos cadáveres, e todos aquelles que sob qualquer pretexto fizerem enterrar cadáveres fora deste recinto serão punidos na forma que se acha prescripta pelo artigo 5º do Codigo de Posturas Municipaes, que se diz assim: – “Logo que haja cemitérios será prohibido enterrar-se cadáveres nos templos, ou átrios destes, sob pena de ser multado o infractor em vinte mil réis, ou oito dias de prisão”.²⁰

Nascia, portanto, o primeiro cemitério público de Manaus, ainda que em condição improvisada, chamado Cemitério dos Remédios.

O Cemiterio foi feito como uma obra provisoria, mas não lhe falta a decencia e segurança necessaria a taes lugares, e desde a sua conclusão cessou o triste e repugnante espectaculo dos enterramentos sem resguardo algum no Largo da antiga Matriz, e em outras paragens da Cidade igualmente frequentadas.

Achando-se hoje isolado, poderá elle em poucos annos perder essa essencial condição, se progredir rapidamente a construcção de predios nas ruas que se dirigem á Igreja de N. Senhora dos Remedios; verificada porém esta hypothese, tambem se apressará o governo a fazer construir outro em lugar que pareça mais azado.²¹

18 – *Idem*.

19 – *Ibidem*, p. 8.

20 – *Estrella do Amazonas*, 24 de junho de 1854, p. 2-3.

21 – Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1º de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3ª sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna.

Também chamado Cemitério da Cruz, por causa do cruzeiro que remanesceu até o seu abandono, este espaço logo seria considerado insuficiente para os propósitos.



Figura 2 – Vista de Manaus a partir do Bairro dos Remédios, já com a nova Matriz em destaque no horizonte. O cruzeiro do antigo Cemitério dos Remédios, à direita em terreno tomado por vegetação, foi seu último vestígio, não havendo mais nenhum registro conhecido.

Fonte: NERY, 1885, p. 293.

Em junho de 1855, uma epidemia de cólera que vinha grassando no Pará chegou à capital do Amazonas. O vapor Marajó, aportado a Manaus em fins desse mês, trouxe a confirmação da moléstia e também vítimas, sendo duas fatais, que haviam manifestado a doença durante a viagem. Uma das medidas de precaução para evitar que a epidemia tomasse a cidade foi a ordem do provedor de saúde para que os corpos das vítimas fossem enterrados em lugar distante.²²

Os efeitos do cólera foram menores do que se temia, atingindo na capital 46 pessoas, das quais apenas uma faleceu.²³ Mas a situação fez despertar novamente o debate sobre um novo lugar para cemitério da ci-

22 – Exposição feita ao Excellentíssimo Senhor Presidente da Província do Amazonas, o Doutor João Pedro Dias Vieira, pelo 1º Vice Presidente, Doutor Manoel Gomes Corra de Miranda, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 28 de janeiro de 1856.

23 – *Idem*.

dade, pois o provisório já se via como inapropriado por causa do insistente risco de se tornar prejudicial à saúde de seus habitantes.²⁴ Nesse momento, como se tornaria praxe dali em diante, foi convocada uma autoridade sanitária para apontar o melhor lugar de estabelecimento da nova necrópole.²⁵

Mas a abertura de um novo cemitério acabou acontecendo às pressas com a chegada de outra epidemia, dessa vez de febre amarela, com efeitos mais severos. A doença foi identificada na cidade pela primeira vez em 12 de fevereiro de 1856, em um índio, tripulante do Expresso Militar S. Gabriel. Dali até o fim de junho ocorreram 142 falecimentos, tendo sido infectados cerca de dois terços da população de Manaus. O alto número de mortos fez com que os enterramentos nos Remédios fossem encerrados e no dia 7 de março o Cemitério São José, que mais tarde também viria a ser conhecido como da Saudade, começou a receber falecidos sem estar devidamente pronto, pois nem mesmo possuía capela ou cerca.²⁶

Bastaram dois anos de uso para que o diretor interino das obras públicas da província, José Wilkens de Mattos (1822-1889), comunicasse em 1857 o estado lastimável da nova necrópole, precária de instalação e sobrecarregada pelo uso:

O terreno, na estrada da Cachoeira Grande, destinado para o repouso dos mortos até o dia do julgamento final, foi mandado roçar, e, em parte, destacar; mas, entregue a si, está hoje todo coberto de mato, excepto em uma pequena área, que tem sido occupada pelas sepulturas. Sem muro, cerca, ou outra qualquer obra, que evite os animaes de o invadirem, estam as sepulturas cobertas de pisadas e estrume de gado, que pasta sobre ellas!... Os cadaveres teem por abrigo, antes de descerem aos seus jazigos, um roto e immundo palheiro! O signal da Redempção está mutilado! e tem havido uma tal desordem nos enter-

24 – *Estrella do Amazonas*, 21 de julho de 1855, p. 5.

25 – *Estrella do Amazonas*, 11 de junho de 1856, p. 3.

26 – Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Rovincial [sic], pelo excellentissimo senhor doutor João Pedro Dias Vieira, dignissimo presidente desta provincia, no dia 8 de julho de 1856 por ocasião da primeira sessão ordinaria da terceira legislatura da mesma Assembleia.

ramentos, que mui poucas sam as sepulturas que não estejam confundidas.

É para deplorar-se um tal indifferentismo!...

[...] É uma das obras de urgente necessidade a esta capital.

Uma pequena capella, onde possam ser depositados, e encomendados os cadáveres, e uma cerca segura, enquanto não fôr possível levantar-se um muro, é tudo quanto de prompto se poderá fazer sem grande dispendio.

Depois um regulamento contendo disposições indispensaveis a evitar a confusão que existe actualmente nos enterramentos, um pouco de zelo, e mesmo de caridade, será bastante para melhorar o lastimoso estado em que jaz o lugar que tanta veneração deve merecer a todo christão.²⁷

As obras da cerca e da capela só seriam iniciadas em 1858 e concluídas no ano seguinte. O presidente Francisco Furtado (1818-1870), responsável pelas obras, foi elogiado no lançamento da pedra fundamental da nova Igreja Matriz por ter, no curto espaço de tempo de sua administração – assumira a presidência naquele mesmo ano – abrangido “os três pontos essenciais da vida do homem”.²⁸ Para além da Matriz promoveu também a inauguração da Casa dos Educandos e, “não se esquecendo do nosso fim”, às obras do cemitério, “lugar onde toda a pompa e vaidade desaparece sobrevivendo apenas a memória das virtudes com que o cidadão desempenhou os deveres para com o seu criador e para com o próximo”²⁹, pois:

Era certamente vergonhoso, que huma Capital qual a do Amazonas, cujo nome tão decantado e grande, ouvido em todos os cantos do mundo, move a curiosidade do viajante, não tivesse huma caza de educação para a mocidade desvalida, hum templo correspondente à sua cathegoria, e hum cemitério, onde sepultassem os cadáveres.³⁰

27 – Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral, Anexo n. 5, p. 3.

28 – *Estrella do Amazonas*, 28 de julho de 1858, p. 3

29 – *Idem*.

30 – *Idem*.

Enquanto as obras da Matriz correram por duas décadas e as dos Educandos estiveram em constante expansão, as do cemitério logo se encerraram, pois em 11 de maio de 1859 o *Estrella do Amazonas* anunciava:

Concluio-se o Cemiterio publico desta Capital.

Cercado todo de achas de acaryquara, muito bem pregadas e com simetria, promete longa duração.

Também está prontificada a respectiva Capella, em que o Snr. Major Director das obras publicas soube unir à simplicidade própria do seo destino o aceio compatível com o decoro de Deos.

Na entrada do Cemitério sobre o portão de acha a seguinte inscrição em caracteres de ouro – Feito na Presidência do Exm. Snr. Dr. Francisco José Furtado – 1859.

A inauguração aconteceu no dia 6 de maio às 7h30 da manhã, quando foi transferida à necrópole uma imagem de São José, orago de sua capela. O traslado foi acompanhado pelo presidente da província e demais autoridades locais.³¹

Ao mesmo tempo, foi aprovado o Regulamento do Cemitério Público da Capital, que vinha promover uma ordem tida como urgentemente necessária para aquela cidade dos mortos, como se observa no texto do diretor das obras públicas. Por tal relato, percebe-se que no cemitério público vinham se repetindo as práticas antigas de enterramentos, sem atentar para a proposta de organização relacionada ao novo modelo.

No capítulo 2º do citado regulamento, que tratava “das sepulturas, enterramentos e exumações”, havia a preocupação com a sistematização espacial para inumações, indicando o tamanho exato de cada cova e a distância entre uma e outra, ressaltando que cada sepultura deveria ser numerada de modo a facilitar a identificação de seus jazentes. Para as sepulturas de vítimas de epidemia eram previstos cuidados especiais, como o maior tempo para liberação de exumação. Já em relação às sepulturas perpétuas e hereditárias, mencionava-se a possibilidade da construção de mausoléus, que poderiam ter a “solidez que aprouvesse aos concessio-

31 – *Estrella do Amazonas*, 11 de maio de 1859, p. 3.

nários”, desde que seu desenho fosse antes apresentado e aprovado na Câmara Municipal, como completa o Capítulo 4º.

Não demorou muito para que a simples cerca de madeira já não fosse considerada obra à altura da importância do Cemitério Público da capital, sendo assim providenciada em 1866 a construção de um muro por meio de contrato com o mestre de obras Raymundo José de Sousa.³² Essa obra ressalta não só o valor que a Manaus dos mortos vinha adquirindo para o cotidiano da urbe, mas também o estado da renda pública, que vinha se avolumando a cada ano, permitindo gradualmente a ampliação dos melhoramentos urbanos para a capital.

A obra parece ter sido rapidamente adiantada,³³ de modo a estar concluída em algum momento entre 1866 e 1867. A partir daí, o aspecto do Cemitério São José deve ter ficado mais próximo do que se vê em outra ilustração abaixo, recolhida por Sant’Anna Nery.

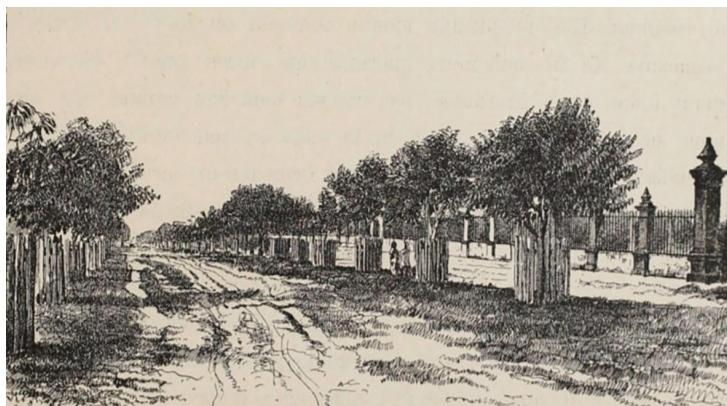


Figura 3 - Estrada da Cachoeira Grande (popularmente conhecida como Estrada do Cemitério), onde se avistam os muros e grades do Cemitério São José.

Fonte: NERY, 1885, p. 277.

32 – *Jornal Amasonas*, 24 de outubro de 1866, p. 2.

33 – Relatório com que o Exmo. Snr. 1º vice-presidente da província do Amazonas, Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 5 de setembro de 1866.

Em duas décadas a população da capital dobrou das 8.500 pessoas³⁴ à volta do ano de instalação da província para 17.686 em 1872³⁵, contingente aumentado pelas migrações internas e o início da exploração econômica da região. Tal motivo talvez já tenha sido suficiente para ver a superlotação do cemitério e a renovação da questão problemática dos sepultamentos em Manaus. Mas nesse mesmo ano a cidade foi outra vez vitimada por uma epidemia, agora de varíola. A doença teria chegado à cidade em novembro de 1872 no vapor peruano *Mayro*, que vinha do Pará. O presidente Domingos Monteiro Peixoto (c.1838-1895), tentando evitar o contágio na capital, criou então um lazareto na margem direita do igarapé da cachoeira Grande, em terreno cedido pelo Seminário Episcopal – o Morro do Seminário – para onde os enfermos foram enviados. A localização era considerada ideal para essa instalação porque um largo curso d'água se interpunha entre os “variolosos” e a cidade, a uma distância segura da urbe para evitar o contágio. Apesar disso, novos casos chegaram em outros vapores e a epidemia se instalou na capital. Como o lazareto não comportou o número crescente de infectados, foi providenciada uma enfermaria no Largo de São Sebastião, naquele tempo, no limite norte da cidade. Somaram-se, apenas nestes dois lugares, 160 óbitos durante o ano de 1873, de um total de 332 entradas,³⁶ produzindo uma taxa de mortalidade de quase 50% dos doentes, em conformidade com o que se vira em outras localidades brasileiras em um passado recente.³⁷

Em 1874, o relatório provincial admitia que o Cemitério de São José já estava completamente ocupado e que medidas começavam a ser tomadas para a criação de outro cemitério ainda maior,³⁸ mas nada foi avançado para além da previsão orçamentária.

34 – AMAZONAS, Lourenço. *Op. Cit.*

35 – Segundo o Censo Geral do Império de 1872.

36 – Falla dirigida à Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12ª legislatura em 25 de março de 1874 pelo presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, p. 7 e 8.

37 – MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista História*, São Paulo, nº127-128, p.53-68, ago-dez/92 a jan-jul/93.

38 – *Ibidem*, p. 45.

A varíola voltou à carga na cidade em 1878 com considerável força, embora com consequências menores. Dessa vez, como muitos dos enfermos eram moradores de colônias de imigrantes próximas de Manaus, foram levados para se tratarem no Morro do Seminário,³⁹ cujas instalações haviam passado por reformas para voltar a receber variolosos, contando agora com duas enfermarias. Também foi construída uma estrada ligando o Igarapé da Cachoeira Grande à Colônia de Maracajú, onde habitavam nordestinos emigrados, com o intuito de, ao mesmo tempo, facilitar o deslocamento dos doentes daquela colônia às enfermarias e evitar que precisassem passar pela cidade nesse percurso.⁴⁰ Para os que faleceram ali, foi decidido abrir em 1879 um pequeno cemitério a oeste dessas enfermarias,⁴¹ momento em que também foi construída uma estrada ligando-as à nova necrópole.⁴²

Tais medidas de controle epidemiológico retardaram a deliberação sobre a construção do novo cemitério público para a cidade. Contribuiu para a postergação do início da obra a indecisão sobre o melhor local para o intento. Em 1878, uma comissão designada para tal fim, nomeada pelo presidente da província, comunicava:

O lugar limitado pelo igarapé da Castellhana, Deposito de Artigos Bellicos, e um outro igarapé que nasce junto a uma das faces do cemiterio atual, é o mais apropriado, embora hajão desapropriações a fazer, por isso que além de estar a distancia conveniente da capital, é o seu terreno argiloso e um pouco arenoso, e acha-se, em relação aos ventos reinantes, situado do modo mais vantajoso à mesma capital offerecendo proporções para no futuro, se já não for julgado acertado, estender-se sem prejuizo da salubridade publica, preenchendo todas as condições necessarias ao estabelecimento de um grande cemiterio.⁴³

39 – Falla com que o exmo. sr. Barão de Maracajú, presidente da provincia do Amazonas, no dia 29 de março de 1879 abriu a 2ª sessão da 14ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, p. 31.

40 – *Ibidem*, p. 38.

41 – *Idem*.

42 – Relatório com que o exmo. sr. tenente coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da provincia do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, 31 de março de 1880, p. 12.

43 – Falla com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas o exmo. Sr. Barão de Maracajú, presidente

Como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia estava desde 1880 a cargo da administração do cemitério público, foi repassado o parecer levantado, pedindo-lhe que voltasse toda sua atenção para tomar rápidas providências. O Cemitério de São José recebia anualmente mais de 200 enterramentos, entretanto, no espaço de menos de três anos, entre agosto de 1880 e fevereiro de 1883, um total de 676 sepulturas foram abertas, situação que oferecia risco para a higiene pública da cidade.⁴⁴

Por causa disso, em 14 de junho de 1883, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia decidiu mandar iniciar a construção de um novo cemitério, com 300 m², ao fim da Estrada de Epaminondas, próximo do começo da Estrada de Maracajú. Este terreno teria sido aquele que abrigou o cemitério para variolosos durante a grande epidemia da doença em 1873⁴⁵, procedimento que explica como foi possível dar sepultura ao alto número de vítimas sem colapsar o Cemitério de São José.

Entretanto, tal localização escolhida pela Irmandade para o novo cemitério não coincidia com a qual se referia o parecer das comissões. Pela descrição desse documento, a área escolhida deveria ser mais ao sul, à margem esquerda do Igarapé da Castelhana (Figura 4). Uma hipótese é que a obra mudou de lugar porque a área já estava ocupada ou pertencia a terceiros. Mas, o fato é que em 1884 quando o novo cemitério já estava com seu terreno devidamente limpo e cercado, surgiu um novo impasse. A obra ficava inconvenientemente próxima de outra obra de igual teor sanitaria, uma caixa d'água para abastecimento da cidade que se erguia desde fevereiro daquele ano.⁴⁶ Por causa do risco maior de contamina-

da província, p. 23.

44 – Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da 16ª legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá, p. 20.

45 – *Jornal Amazonas*, 03 de outubro de 1883, p. 1.

46 – Em relatório de 21 de setembro de 1885, o ex-presidente da província José Jansen Ferreira Junior declara sobre o impasse da proximidade entre a caixa d'água e o cemitério: “salvo caso de urgência, (o depósito de água) não devia ter sido começado onde foi, e que, ainda não constava ter sido dado parecer por profissionais designados anteriormente, para fazerem os devidos exames” (p. 12). Ainda assim, a construção da caixa d'água prosseguiu, estando já bastante adiantada quando da redação desse relatório, enquanto era barrado o uso do cemitério.

ção, o funcionamento da nova necrópole nesse local nunca viria a ser permitido,⁴⁷ apesar da necessidade premente por causa de uma nova onda de varíola ocorrida entre 1884 e 1885.

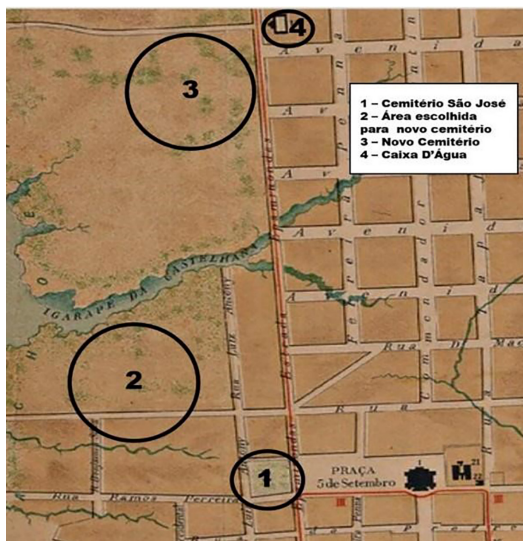


Figura 4 – Recorte de planta da cidade de Manaus.

Fonte: Adaptado da carta cadastral da cidade de Manaus, de João Miguel Ribas, de 10 de janeiro de 1895.

O surto foi tão forte que o presidente de província sequer autorizou a construção da capela no Cemitério dos Variolosos, pois era necessário evitar aglomerações de operários e escavações num terreno onde recentemente haviam sido enterradas muitas vítimas da enfermidade - assim

47 – João Francisco de Oliveira requereu à Santa Casa a compra do material remanescente da estrutura deste cemitério (738 achas, um portão e 36 telhas de zinco), referido como o “cemitério em abandono no bairro do Mocó” (Diário de Manáos, 11 de novembro de 1891, p. 2). O tesoureiro da Santa Casa, indo verificar o material, declarou ter encontrando “tudo escangalhado d’entro do matto; que uma banda do portão achava-se caída, e só existiam achas na frente; que as telhas de zinco achavão-se em bom estado”. A quantia oferecida pelo requerente (30\$000 pelas achas, 20\$000 pelo portão e 36\$000 pelas telhas) foi considerada muito baixa, por isso o tesoureiro e a mesa administrativa da Santa Casa decidiram recolher tudo para ser usado depois em algum reparo (Diário de Manáos, 21 de novembro de 1891, p. 2).

como as finanças provinciais estavam abaladas pelos esforços empregados nos Socorros Públicos durante a epidemia.⁴⁸

O cemitério público da capital recebeu mais 337 mortos somente em 1885, e para que pudessem prosseguir os enterramentos, já estavam sendo realizadas exumações sem respeito ao prazo estipulado pelo regulamento.⁴⁹ Apenas no início de 1887 voltaram a ser tomadas providências para construção de nova necrópole pública. O corpo médico da cidade havia designado como melhor local para a obra o já sabido terreno do Morro do Seminário, ao lado do Cemitério dos Variolosos. Assim, o vice-presidente em exercício, Clementino Guimarães (1828-1906), autorizou a realização de trabalhos emergenciais de demarcação, destocamento, limpeza e cercamento de uma pequena área do terreno até que fosse empenhada verba para obras definitivas.⁵⁰

Mas o impasse não cessava. Conrado Niemeyer (1831-1905), o novo presidente provincial que tomara posse em 1888, após ouvir ponderações do Inspetor de Higiene Pública sobre a impossibilidade de continuarem os sepultamentos no atual cemitério e sugerir que estes fossem logo transferidos para o novo, decidiu, em vez disso, aumentar o espaço do Cemitério São José para o norte. Niemeyer acreditava que esse cemitério ainda poderia ser utilizado por alguns anos, ficando o novo cemitério do Morro do Seminário destinado apenas para vítimas de epidemias. Mais uma vez, a justificativa foi a indisponibilidade financeira para a construção de uma capela e de uma ponte imprescindível ao acesso para a nova necrópole.⁵¹

48 – Exposição com que o ex-presidente do Amazonas Exm. Sr. Dr. José Jansen Ferreira Junior, passou a administração ao 1º vice-presidente Exm. Sr. Tenente-Coronel Clementino José Pereira Guimarães em 21 de setembro de 1885, Anexos, p. 4.

49 – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, presidente da província do Amazonas, instalou a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de março de 1886, Anexos, p. 10.

50 – Exposição com que o Exm. Sr. 1º vice-presidente Comendador Clementino José Pereira Guimarães devia instalar no dia 10 de março de 1887 a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, p. 15.

51 – Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Conrado Jacob de Niemeyer passou a administração da Província do Amazonas ao Exm. Sr. Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno em 10 de janeiro de 1888, p. 12 e 13.

Descontente com a situação, o provedor da Santa Casa comentou em seu relatório:

[...] resolveu a presidência que os enterramentos continuassem a ser feitos no antigo cemitério, e para esse fim mandou cercar uma rua ao lado mesmo onde presentemente se faz as inhumações.

Este local é impróprio não só pela insignificância da área que já está repleta de cadáveres como porque feixa uma rua já em parte edificada, privando assim os proprietários de suas casas. A província tem preparado o terreno para o novo cemitério no local já indicado e é de summa necessidade a sua mudança.⁵²

Outras vozes se somaram neste sentido pois em 1º de dezembro de 1888 a necrópole prevista já funcionava como cemitério público, recebendo a denominação de São Raymundo Nonato por haver ali igreja dedicada a este santo⁵³. Mas nenhuma decisão parecia prescindir de conflito e dessa vez a localização e topografia do novo espaço cemiterial eram o alvo das críticas.

A escolha deste local só tem um lado plausível ao pé de tantos senões.

Fôra a orientação comparada com a situação geographica da cidade, nada mais justifica a preferencia d'aquelle sitio para recinto dos mortos.

Terreno pedregoso, acesso difficil nos dias de sol ou de chuva, separado da cidade por um largo e profundo igarapé, tornão insuportavel o serviço de transporte, inhumacão e visita.⁵⁴

Mais uma vez as obras cemiteriais – neste caso o melhoramento do acesso – foram interrompidas pela já sabida necessidade de contenção de gastos.⁵⁵ As más condições do terreno deviam ser de tal ordem que, em meio ao impasse, já se acreditava mais interessante a construção de outra

52 – Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1ª sessão da 49ª legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 5 de setembro de 1888, Anexo 6, p. 4.

53 – DUARTE, Durango. *Manaus Entre o Passado e o Presente*. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009, p. 146.

54 – Relatório com que o Exm. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da província do Amazonas, instalou a Sessão Extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889, p. 41.

55 – *Ibidem*, p. 92.

necrópole em local que oferecesse características mais adequadas do que de spender ainda maior quantidade de recursos na melhoria daquele.

E foi o que de fato aconteceu. Uma resolução da Intendência Municipal de 11 de julho de 1890 autorizou a desapropriação de outro terreno escolhido para novo cemitério da capital, desta vez, uma área de 22.500 m² situada no bairro do Mocó, atual Nossa Senhora das Graças, nos arrabaldes do espaço urbano de Manaus. A partir daí as obras correram rapidamente. Em 3 de março de 1891, já sob a égide republicana, o mandatário municipal João Carlos Antony (1833-1918) comunicou em sessão ordinária da Intendência Municipal que o espaço já se achava todo destocado e cercado.⁵⁶

O Cemitério Municipal de São João foi finalmente inaugurado em 5 de abril de 1891.⁵⁷ Um decreto assinado pelo governador Eduardo Ribeiro em 2 de abril⁵⁸ proibia a partir de então a realização de enterramentos nos cemitérios de São José e São Raymundo⁵⁹, atendendo a alertas do provedor da Santa Casa e do inspetor da Higiene Pública. Apesar dessa determinação, os sepultamentos de vítimas de epidemias prosseguiram no Cemitério de São Raymundo (Figura 4) até a década de 1920. A própria Higiene Pública solicitou em 1897 que os enterramentos de variolosos não fossem mais realizados no Cemitério São João, restringindo-se apenas ao São Raymundo, onde o maior prazo para exumação ajudaria a diminuir o risco de contágio.⁶⁰

56 – *Diário de Manáos*, 5 de março de 1891, p. 1.

57 – DUARTE, Durango. *Op. cit.*, p. 147.

58 – Decreto n. 95 de 2 de abril de 1891.

59 – A denominação *São Raymundo Nonato* referida anteriormente deve ter sido encurtada, provavelmente por uso popular. As referências seguintes a esta necrópole a tratam apenas por *São Raymundo*.

60 – *Diário Oficial*, 12 de maio de 1897, p. 1.



Figura 5 – Foto do antigo Cemitério São Raymundo no início do século XX.

Fonte: Relatório do superintendente municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/antigo-cemiterio-sao-raimundo/>.

Com o Decreto de 2 de abril de 1891, também a administração dos cemitérios públicos voltava à municipalidade, atendendo ao decreto do governo provisório federal nº789, de 27 de setembro do ano anterior, que por sua vez estava alinhado à nova conjuntura republicana de separação entre Igreja e Estado.

Tal ruptura não enfraqueceu as práticas religiosas no espaço cemiterial, significando somente que o Cemitério de São João tenha sido concebido como um cemitério secular, diferente dos que o precederam. Mesmo geograficamente separados das igrejas, nos cemitérios públicos até então ainda vigoravam algumas regras do sepultamento eclesiástico, sendo necessário para inumação que um pároco comprovasse o direito do falecido de receber sepultura cristã, como constava no antigo regulamento cemiterial.

A mudança só aconteceu com o decreto estadual nº 7 de 18 de outubro de 1892 que deu novo regulamento para os cemitérios públicos de todo o Amazonas. O documento foi assinado pelo governador Eduardo Ribeiro, porque ainda não se encontrava regulamentada a situação das in-

tendências municipais.⁶¹ Tal regulamento explica o nome do novo cemitério e, diferindo de seus predecessores, mandava adotar o termo **público** ou **municipal** às necrópoles do estado.

Nova querela se acenderia em 1897 quando se cogitou encerrar os sepultamentos no São João por estar localizado próximo às nascentes dos igarapés da Castellana, do Aterro e de Manãos. Estas águas eram utilizadas por ribeirinhos e poderiam ser contaminadas pelo necrochorume vindo do subsolo, conforme foi apontado pelo engenheiro-chefe da hoje extinta Comissão de Saneamento de Manaus. Para piorar a situação, temia-se que também a água que abastecia a cidade corresse risco de contaminação: “Os tubos que conduzem as águas para o reservatório do Mocó passam por baixo do cemitério, o que constitui um perigo para a salubridade; urge, pois, que sejam mudados”, dizia o governador Silvério Nery em Mensagem aos deputados estaduais em 1901.⁶²

A Lei nº72 de 31 de maio daquele mesmo ano, chegou a autorizar o fechamento do cemitério para a construção de outro mais distante da cidade, mas ela não chegou a ser executada. Possivelmente a Higiene Pública tenha considerado suficiente para conter os riscos, garantir que não seriam sepultados no cemitério de São João as vítimas de doenças epidêmicas e contagiosas.

Mas ainda assim, vez ou outra o assunto voltava à tona levantando dúvidas sobre a segurança sanitária da cidade:

O reservatorio (do Mocó) é sólido e muito bem construído, mas não podiam-no colocar em peor lugar.

Uma caixa d’água a cavalleiro de um cemiterio é realmente exquesito, e é muito parecido com a tal cousa de collocar-se o pote d’água ao lado da sentina.

É vulgar que o ar das necropoles é impuro, e que a poeira é nociva.

61 – *Jornal Amazonas*, 19 de outubro de 1892, p. 1.

62 – Mensagem lida perante o congresso dos representantes na abertura da sessão da 4ª legislatura em 10 de julho de 1901 pelo governador do estado Silvério José Nery, pp. 199-200.

Sendo a superfície líquida, facilmente suscetível a ambos, dadas-se naturalmente o perigo da vizinhança;
Reservatório e cemitério são incompatíveis, um dos dois deve ser mudado para bem longe.⁶³

A cidade não parara de crescer e nem as epidemias cessaram de a infligir. Em 1904, o Cemitério de São João também já se encontrava lotado e não comportava mais novas inumações. Para resolver o problema, o governo do estado chegou a oferecer grande área na margem direita da Cachoeira Grande, sendo ainda adquirido um terreno limítrofe ao cemitério, que vinha sendo utilizado como seu anexo, mas que logo também estaria todo ocupado. O superintendente municipal defendeu que, em vez de se construir novo cemitério no terreno cedido pelo governo, fosse empregado o crédito disponível no melhoramento do já existente, realizando-se exumação dos cadáveres mais antigos, procedimento que aparentemente ainda não havia sido executado nessa necrópole.⁶⁴



Figura 6 - Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaus, levantada por João Miguel Ribas na administração de Eduardo Ribeiro, 1895, com o Cemitério Municipal de São João destacado por círculo vermelho (grifo nosso).

Fonte: Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/36759714911>.

63 – *Jornal do Commercio*, 18 de agosto de 1904, p. 1.

64 – *Jornal do Commercio*, 29 de maio de 1904, p. 1 e 2.

O aumento do espaço ocupado pelo Cemitério de São João pode ser percebido em duas cartas cadastrais datadas de 1895 e 1906, nas quais essa necrópole é identificada como “cemitério novo”. Apesar de possuírem escalas diferentes, a comparação entre os dois registros cartográficos evidencia a modificação na forma do cemitério, que se torna retangular com a anexação de mais terreno.



Figura 7 - Planta de Manaus e arrabaldes datada de 1906, com a área ampliada do Cemitério Municipal de São João, destacada por círculo vermelho (grifo nosso).

Fonte: Acervo digital do Instituto Durango Duarte, a partir de acervo do IGHA. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/planta-de-manaos-e-arrebaldes-levantada-em-1906/>.

Há quem conjecture que a permanência do Cemitério de São João, apesar dos inconvenientes e das ameaças de ser desativado, se explique porque poderia ter sido apropriado pela elite manauara emergente como importante espaço de afirmação social e cívica, em vista do patrimônio monumental e da coincidência temporal com o auge do período de prosperidade econômica que a cidade vivia, devido à extração de borracha silvestre.⁶⁵

65 – NAGEL, Carla Maria Oliveira. A morte e o morrer na “Paris dos Trópicos”. *Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH Nacional, 2011, p. 2..

Mas é forçoso admitir que essa apropriação por indivíduos mais abastados que providenciaram túmulos mais elaborados para seus familiares, se deu ao longo de um período mais dilatado e foi de certa maneira diluída no contingente de sepultamentos ali abrigados. Na verdade, o Cemitério de São João demorou mais tempo para se estabelecer como necrópole à altura das demandas estéticas daquela sociedade crescentemente ávida pelos ares da modernidade, até porque ainda existia o mais conveniente espaço do Cemitério de São José. Este, agora situado em localização privilegiada e de acesso mais cômodo, uma vez que a cidade crescera e dele se aproximara, continuou pelo menos até as primeiras décadas do século XX a receber missas em sua capela, havendo também sempre mobilizações sociais buscando garantir melhoramentos ao espaço.

Ao contrário disso, o Cemitério Municipal de São João ia acumulando críticas quanto ao mau estado em que se encontrava, o que fez com que o assunto alcançasse as contendas políticas dos grupos que se antagonizavam pelo Poder no Amazonas. Já em 1899, o jornal *Commercio do Amazonas* fez várias denúncias sobre o novo cemitério da capital se achar sem parte da cerca e invadido por animais que ali iam pastar, culpando por tal abandono o superintendente municipal, a quem acusava de ter dado prioridade a gastos de melhoramentos no Mercado Público em detrimento do cemitério.⁶⁶

Como o atrito tinha motivação política, a réplica veio pelas páginas do concorrente jornal *A Federação*, com matéria em defesa do superintendente municipal. Nela se lê que o mandatário não só estava preocupado com o estado do cemitério, como atribuía as omissões da sua conservação ao seu antecessor no cargo, que não teria repassado ao contratante das obras necessárias os 100 contos de réis providenciados pelo governo do estado para a resolução do problema.

O sr. dr. superintendente não é e nem podia ser indiferente à morada dos mortos, tanto assim que a ella se referiu em seu relatório, tanto assim que procurou os desenhos que deviam presidir à construção do muro e gradil da face principal e que, conforme declarou o sr. dr.

66 – *Commercio do Amazonas*, 21 de maio de 1899, p. 1.

Filgueiras, não foi encontrado pelo mesmo ao assumir o lugar de engenheiro da municipalidade.

O sr. dr. superintendente, repetimos, não é indiferente às obras do Cemiterio, porque já ordenou ao actual engenheiro da Intendencia que, sobre os alicerces feitos, projecte novo muro e gradil, de conformidade com o contracto firmado para as ditas obras.

O sr. dr. superintendente já providenciou no sentido de ser collocado na entrada principal do Cemiterio um antigo portão que por lá andava atirado, e que o sr. engenheiro já deu ordem de serviço afim de que seja vedada a entrada de animaes, nos logares que tal ingresso era permitido, o que já foi feito.⁶⁷

Desaprovando a falta de uma ação mais eficiente para solucionar o problema, o *Commercio do Amazonas* passou a mobilizar a população para constranger o Poder Público, pois chegou a organizar uma arrecadação em prol das obras necessárias na necrópole.

AO POVO

Um obulo justo!

Em pról do cemiterio

Deixemos de pilheria.

É tempo de tratarmos seriamente do cemiterio publico da nossa capital. Lá repousam os restos mortaes de pessoas amadas e queridas: mães, paes, filhos, esposos, irmãos, amigos...

O dr. Superintendente Municipal = archivemos o seu nome: Arthur Cesar Moreira de Araujo, = não ligou importancia as queixas do povo, ás reclamações da Imprensa. O cemiterio continua abandonado: os animaes pastam nas sepulturas, o matto cresce, o logar santo está convertido em verdadeiro campo.

Apellamos para o povo amazonense: pedimos-lhe um obulo em favor das obras do cemiterio.⁶⁸

A campanha arrecadou por volta de 1:775\$000 e o jornal encaminhou um requerimento pedindo autorização para fazer erguer uma cerca provisória enquanto não se providenciava o muro do cemitério.⁶⁹ O su-

67 – *A Federação*, 13 de junho de 1899, p. 2.

68 – *Commercio do Amazonas*, 13 de junho de 1899, p. 1.

69 – *Commercio do Amazonas*, 28 de junho de 1899, p. 1.

perintendente municipal Arthur Araújo recusou o requerimento, considerando-o provocativo, mesmo que o *Commercio do Amazonas* tenha negado tal intenção e o episódio com a devolução da quantia arrecadada aos doadores que a reclamaram com o valor residual destinado aos pobres.⁷⁰



Figura 8 - Vista do Cemitério Municipal de São João a partir do alto do Reservatório do Mocó, em 1901.
Fonte: Relatório do Superintendente Municipal Arthur Cesar Moreira de Araújo, 1901, apud. Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/ceimiterio-sao-joao-batista-2/>.

Como o muro não foi construído, o *Commercio do Amazonas* voltou à carga no ano seguinte, publicando relato de um visitante que esteve no Cemitério de São João e detalhava um quadro decepcionante e desolador no dia de finados:

Prescindimos de tudo quanto alli devia haver e que não vimos: sepulturas bem alinhadas, ruas internas, por onde podessem perpassar os visitantes; catacumbas (carneiros) para quem, tendo posse, nellas preferisse encerrar os restos mortaes dos que lhes foram caros em vida; arborisação interna com casuarinas e cyprestes, arvores da morte e da dôr; tudo isto circundado por muros e grades de ferro, bem fechados, como se fôra um cófre a guardar aquellas reliquias sagradas.

[...]

Não descreve a nossa pobre penna espetaculo contristador ali desenvolvido: um grande numero de pessoas de todas as classes e condições sociaes, tendo nas faces os traços de desgosto, de dôr, da aflição, pe-

70 – *Commercio do Amazonas*, 8 de julho de 1899, p. 1.

diam informações e tinham a mesma sorte que a desídia e ignorância dos encarregados daquela necrópole nos reservara.

[...]

Em todos os países adiantados os cemiterios não ficam entregues aos ignorantes, antes têm uma administração capaz de compreender o que eles significam e representam no mundo civilizado.⁷¹

O longo relato que acima foi exemplificado em trechos, evidencia a perspectiva estética que se esperava encontrar no espaço cemiterial, daquilo que se acreditava ideal para uma necrópole. Tal perspectiva estava bem alinhada a um plano de civilidade nitidamente inspirado no que já se vivia nos ditos “países adiantados”, com seus cemitérios que refletiam a cidade dos vivos, como diz Ariès.⁷² As cidades ideais, fruto dos melhoramentos da industrialização serviam assim, ao mesmo tempo, de oposto e modelo para o espaço cemiterial, seu inverso e sua imagem.

O cemitério público secularizado tornou-se “uma instituição cultural”, além de religiosa. Faz parte da invenção moderna, compartilha da reestruturação da sociedade que, de agora em diante, trabalha com o confronto dialético de duas realidades conceituais de vida: *a cidade dos mortos e a cidade dos vivos*. Com referência à *cidade dos vivos*, a burguesia preocupou-se com novos modelos gerais de urbanização e com novas tipologias de serviços, como residências, escolas, teatros, hospedarias e fábricas. As construções, numa primeira instância, visavam ao bem-estar coletivo e ao progresso, advindos da Revolução Industrial. Quanto à *cidade dos mortos*, a burguesia sentiu-se no direito de construir uma arquitetura funerária que expressasse seu gosto e suas pequenas fantasias. Repropôs, em miniatura, os tipos arquitetônicos da cidade ideal.⁷³

O Cemitério Municipal de São João veio finalmente a se aproximar desse ideal estético com as reformas executadas pelo superintendente Adolpho Lisboa (1862-1913), em 1906. Foi quando o espaço finalmen-

71 – *Commercio do Amazonas*, 5 de novembro de 1900, p. 1.

72 – ARIÈS, Philip. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017, p. 46.

73 – VALERIANI, 1984, pp. 40-48 *apud* BORGES, 2002, Maria Elízia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002, p. 130.

te recebeu os gradis de ferro e a capela que por anos estiveram apenas em projetos de embelezamento da cidade. Com materiais importados da França e Escócia, eles se tornariam elementos icônicos de sua visualidade mesmo muito tempo depois, símbolos de um tempo marcado por impressionantes transformações.



Figura 9 - Entrada do Cemitério Municipal de São João em 1913.
Fonte: *Jornal do Commercio*, 2 de novembro de 1913.

Na partida de Adolpho Lisboa para a Europa em 1907, ele foi elogiado na primeira página do *Jornal do Commercio* pelo “bello conjunto de melhoramentos materiaes” realizados em sua passagem pelo governo municipal, entre as quais se destaca a transformação do cemitério “toscamente primitivo, em necropole moderna, enriquecida de uma capella luxuosa e cercada de gradis primorosos”.⁷⁴

Ainda em 1906, Adolpho Lisboa havia sido também responsável por realizar melhoramentos no bairro do Mocó, que certamente muito contribuíram para a adequação estética esperada do espaço cemiterial do São João e seu entorno. As obras teriam envolvido o alinhamento das ruas, arborização, calçamento e iluminação, além do trabalho de retificação dos edifícios, que em sua maioria apresentavam condições precárias naquela

⁷⁴ – *Jornal do Commercio*, 29 de abril de 1907, p. 1.

região. Sabe-se que a área foi aos poucos se tornando mais elitizada, uma vez que a população que a ocupava precisava de alguma forma se ajustar ao novo padrão urbano. Os trabalhos se iniciaram com o nivelamento e calçamento da grande avenida Constantino Nery, via direta àquele bairro.⁷⁵ Para completar a série de melhoramentos realizados no Mocó, a lei nº 510 de 30 de maio de 1908 autorizou o calçamento do Boulevard Amazonas, que margeava o cemitério.

A afluência aos espaços cemiteriais estava garantida desde 1896, uma vez que era possível aceder de bonde ao Cemitério de São João tomando-se uma linha cujo trajeto incluía passagem pelo Cemitério de São José, conforme se vê na Figura 10, onde são observáveis os trilhos do transporte público.

Com ambas as necrópoles em estado condizente com o idealizado, o dia de finados ganhou cada vez mais em grandiosidade. Passou a ser costume que os jornais destacassem as sepulturas melhor ornamentadas, evidenciando-as como, de fato, um meio de distinção social. Assim, a exaltação de figuras proeminentes da vida pública local ou de distinção familiar se estendeu também ao novo espaço cemiterial, mas não era só delas esse momento, sendo esta uma data que unia todos que possuíam entes queridos naquela outra cidade a prestarem culto aos seus mortos. Com isso, o fluxo do dia dos mortos passou a ser um dos maiores na Manaus dos vivos.

Esteve imponente e extraordinaria a romaria, hontem a tarde e a noite, ao cemiterio S. João.

Os bonds que faziam o serviço regular de quarto em quarto de hora, foram insuficientes para o transporte de grande massa de povo, que se aglomerava nos pontos de parada. Os carros de praça transportavam, sem interrupção, grande numero de pessoas, tornando difficil o transito nas imediações do cemiterio.⁷⁶

75 – *Jornal do Commercio*, 26 de agosto de 1906, p. 1.

76 – *Jornal do Commercio*, 3 de novembro de 1904, p. 1.

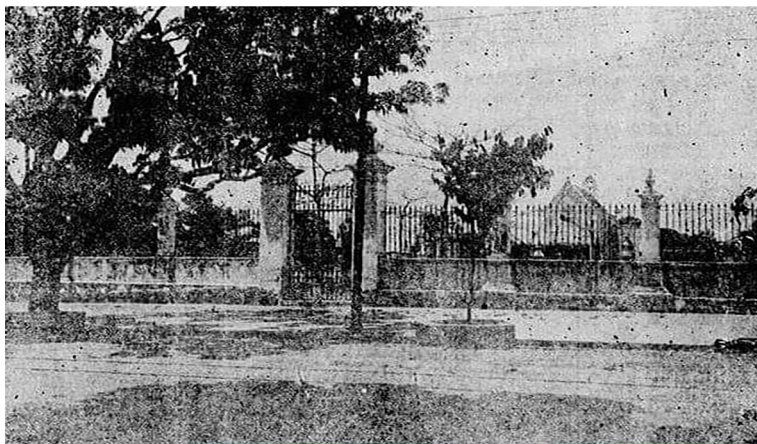


Figura 10 – Portões de entrada do Cemitério São José.
Fonte: Jornal do Commercio, 2 de novembro de 1913, p. 1.

A maior distância deste cemitério em relação ao Centro da capital também fez com que se tornasse mais comum o uso de veículos na condução dos cadáveres ao seu destino final. A prática da procissão a pé com carregamento do caixão por todo o caminho até a sepultura tinha sido a mais comum nos enterramentos no São José. Mas os relatos encontrados desde o final do século XIX e principalmente no começo do XX mostram que esse costume passou a se dar em apenas parte do percurso, geralmente a metade inicial ou final. Em 1907, por exemplo, o funeral do escritor alfandegário José do Patrocínio, alvejado por um tiro aos 30 anos, gerou comoção maior que a habitual por causa da circunstância acidental de sua morte durante uma confusão no *City Club*, acarretando longo cortejo em que se viu a nova prática:

O sahimento teve lugar pouco depois de quatro horas da tarde, havendo nas proximidades do prédio n. 75 tal aglomeração de povo que difficillimo, se não impossivel se tornava por ali o transito.

Antes de se ter fechado o caixão, encomendou o corpo o padre dr. Raymundo de Oliveira, secretario do bispo.

Foi depois o caixão depositado no carro de primeira classe da Santa Casa de Misericórdia tocando nessa ocasião um funeral a banda do corpo de Bombeiros.

E como fosse impossível ser acompanhado por todas as pessoas ali presentes que não haviam absolutamente conseguido um meio de condução, deliberou-se que o coche mortuário seguisse vagarosamente. Ao chegar, porém, à Estrada Epaminondas, canto da rua Monsenhor Coutinho foi retirado o caixão do carro e conduzido a mão até o cemitério de S. João, pela avenida Constantino Nery e Boulevard Amazonas.⁷⁷

Ao fim da primeira década do século XX, mesmo que a cidade já contasse com maiores cuidados para seus espaços cemiteriais e que o Cemitério de São João já estivesse ostentando a feição mais simbólica da *Belle Époque* da cidade, os perigos das epidemias ainda assombravam a população do Amazonas tanto quanto nos primeiros tempos da província, apesar dos avanços nos cuidados com a Higiene Pública, preocupação constante nos relatórios oficiais. Isso porque na verdade as epidemias ainda aconteciam, a despeito de Manaus ter trazido sanitaristas renomados.

Só no primeiro ano do século XX, a malária (paludismo) em suas variadas formas fez 1.495 vítimas fatais em Manaus, cuja população em 1902 era calculada em 40.000 habitantes,⁷⁸ sendo esta doença endêmica de países tropicais a principal causa de morte naquele início de século.⁷⁹ Isto se repetiu ano após ano ao longo de toda a primeira década do novo século, sendo afetadas principalmente as pessoas residentes nos arrabaldes. Para piorar, sobrepunham-se epidemias, pois em determinados anos, a febre amarela também vinha a figurar entre as principais causas de óbito, assim como a varíola.

Isto fez com que o Cemitério de São José embora fechado a novas inumações desde 1891, logo passasse a ser considerado um atentado à salubridade da urbe por causa de sua posição agora interna no tecido ur-

77 – *Jornal do Commercio*, 29 de outubro de 1907, p. 1.

78 – Mensagem lida pelo governador Silvério José Nery perante o Congresso dos Representantes por ocasião da 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura em 10 de julho de 1902, p. 67.

79 – Mensagem lida pelo governador Silvério José Nery perante o Congresso dos Representantes em 10 de julho de 1901, anexo n. 77.

bano. Em 1893, um Relatório da Higiene Pública apresentado ao governador Eduardo Ribeiro declarava:

Ha em um dos mais importantes locais d'esta cidade um estabelecimento que urge ser arrasado e substituído por um jardim: — é o cemitério de S. José. Fechado há mais de dous anos, hoje representa um espectro que deve ser evitado à vista do publico. Provavelmente a presente lembrança horrorisará a muitos que la guardão como reliquias os restos mortaes de seos parentes e amigos, mas a hygiene publica julga inconveniente a permanência de tal estabelecimento e para facilitar a retirada de taes reliquias lembra a idéa de ser dado pela Intendencia no cemiterio publico de S. João um lugar a todos que tenham direito ao repouso eterno no cemiterio de S. José por motivo de compra.⁸⁰

A urgência pela imediata extinção do cemitério foi sendo repetida em vários relatórios de autoridade pública semelhantes ao longo dos anos, nos quais se intencionava converter seu espaço em um jardim “belo e confortável”, o que só aconteceria na década de 1930.

É provável que tal atraso se devesse ao horror mencionado acima pelo próprio inspetor da Higiene Pública, vocalizando sentimento dos parentes e amigos dos sepultados que não desejavam perturbar os mortos em seu repouso. Havia também, como já comentado, a questão de que, por um tempo, após a inauguração do São João, o antigo cemitério ainda se fez muito mais presente no cotidiano da urbe que o outro, estando também mais próximo da própria expectativa estética da população de uma necrópole moderna.

As epidemias, a mortandade dela resultante e os medos que tudo acarretava foram diminuindo à medida que o século XX avançava, curiosamente também quando Manaus foi golpeada pelo fim do ciclo gomífero e se isolando naturalmente enquanto via parte de sua população ir embora.

80 — Mensagem lida pelo Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador do estado, perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, 20 de junho de 1893, p. 7.

Hoje, numa cidade de 2 milhões e 200 mil habitantes, o Cemitério Municipal de São João ainda está de pé e em funcionamento, recebendo novos enterros apenas em jazigos perpétuos, mas agora com a importante dimensão de um patrimônio histórico em que se transformou. Jogado de novo ao descaso, ele voltou a se inserir num contexto de crise coletiva da saúde, como o que caracterizou sua criação, recebendo algumas das vítimas fatais da situação pandêmica da qual Manaus tem sido uma triste protagonista. Diferente do seu melhor momento, o seu último dia de finados aconteceu com portões fechados devido às medidas de restrição adotadas contra o coronavírus, restando o apelo que alguém pendurou no seu centenário gradil clamando: “que a saudade nunca se apague”.

Texto apresentado em setembro de 2021. Aprovado para publicação em julho de 2022.

